



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 26/2005

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA
NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2005: -----**

---- Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Ex.mo. sr. Presidente da Câmara, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, estando presentes os Vereadores senhores, Profª. Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Dr. Manuel de Jesus Martins, Drª. Sandra Margarida Santos Pereira, Dr. João Carlos da Silva Rua e Dr. Luis Miguel dos Santos Grego e a Chefe de Secção, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio. Presentes, também, os Chefes da Divisão Administrativa e Financeira, Drª. Carmen da Conceição Santos e da Divisão de Obras Municipais, Engº. Rui Manuel Reixa da Cruz Silva e a Técnica Superior Drª. Isabel Cristina Neto Morais.-----

---- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

---- Nos termos da alínea c), do n.º. 1, do artº. 64º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou justificar a falta do senhor Vereador, Dr. Luis Manuel Neves Rocha. -----

---- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: (Artº. 87º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro):-----

----- PONTO ÚNICO: Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do Município de Mira, para o ano de 2006.-----

---- A Câmara Municipal aprovou, por maioria, com quatro votos a favor, do sr. Presidente da Câmara e Vereadores senhores Dr. Manuel de Jesus Martins, Drª. Sandra Margarida Pereira e Dr. Miguel Grego e duas abstenções dos srs. Vereadores Profª. Maria de Lurdes Mesquita e Dr. João Carlos Rua, a **proposta n.º 297/2005**, do sr. Presidente, a qual integra o Orçamento e Opções do Plano (PPI e AMR) do Município de Mira, para o ano de 2006. -----

-----O sr. Presidente da Câmara começou por dizer que, o Plano e Orçamento em causa não é o plano que qualquer Executivo gostaria de ter ou de apresentar, contudo afirmou



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que não deixa de ser quase normal nas mudanças de mandato e, quando existe uma mudança de Executivo, dizendo ainda que, o Plano e Orçamento está amarrado em muitos aspectos a uma linha de continuidade seja ela positiva ou negativa, que vem do Executivo anterior e, por esse motivo o discurso ter que andar um pouco à volta desta situação. No que diz respeito ao desenvolvimento do concelho, o sr. Presidente disse que, terão de caminhar amarrados às anteriores questões, por causa de dívidas vindas do Executivo anterior e também ainda do seu, dívidas essas que aumentaram nos últimos anos, trazendo algumas dificuldades ao actual Executivo. O plano reflecte, a construção de infra-estruturas nos vários sectores, não esquecendo a relação que o Município tem que ter com a Administração Central, competindo assim ao Executivo e ao Presidente da Câmara, pressionar e estabelecer canais, dialogar no sentido de conseguir o melhor para o Concelho. Mais disse que, o Concelho tem que continuar a sua infra-estruturação aos vários níveis e depois tem que encontrar um rumo Ambiental e Turístico. Relativamente ao Orçamento da Câmara para 2006, o sr. Presidente passou a fazer a seguinte exposição: “ *O Orçamento da Câmara para 2006 que proponho cifra-se num montante global de 14.604.150,00 €, prevendo-se uma receita corrente de 6.864.979,00 € e de capital 7.739.171,00 €. De notar que, muitas vezes o endividamento resulta de empolamento de receitas na elaboração do orçamento o que, permite prever despesas que excedem os recursos financeiros disponíveis. Considerando Orçamentos empolados, assumem-se então compromissos que, na fase de pagamento, não poderão ser satisfeitos. Assim o Orçamento que se propõe, apresenta um decréscimo de - 27,42 % relativamente ao Orçamento do ano anterior, pautando-se por uma maior aderência ao real; sendo isto visível pela taxa de execução do Orçamento de Capital à data actual, cuja taxa de execução foi baixíssima, 16,32 %, e que é elucidativa quanto aos valores previstos. Assim, e como exemplo, numa receita de capital prevista, em 2005 de 13.457.252,00 € apenas foram cobradas 2.195.611,39 €.*” Referindo ainda que, pretendem não deixar de ser ambiciosos, mas tendo que se cingir pelo real, por aquilo que existe na verdade, pela situação actual e não cometerem “loucuras” que ainda tornem mais onerosa a situação da Autarquia; depois as questões de Orçamentos,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Receita de Capital, etc., são números que, se houver dúvidas serão explicados mais à frente. “ *Este plano é considerado ambicioso e, é também representativo da dívida que transita do ano anterior. De salientar ainda as actividades mais relevantes no valor de 2.727.000,00 €. Trata-se de um Plano e Orçamento restritivo em relação ao anterior, porque se verificou que as despesas e as receitas de capital estavam exageradamente empoladas. O plano para 2006 está em grande parte comprometido pelos compromissos anteriores, nomeadamente facturas a fornecedores e empreiteiros, associações (cerca de 3.000.000,00 €), bem como o endividamento de longo prazo resultante de empréstimos contraídos (4.833.598,09 €).*” Registou-se uma correcção, onde diz Ponte Vala da Cana, refere-se a Ponte Cabo de Mar. Existem algumas novas rubricas que também foram incluídas, umas que já vinham de trás outras não, no sentido de continuar a infra estruturação do Concelho e, de acautelar algumas situações que estão degradantes, nomeadamente Redes Viárias, Segurança, Ambiente etc., Contudo o plano mexe, mesmo assim, com situações de Modernização Autárquica, que estavam a começar a desenvolver-se, existindo também compromissos assumidos na Protecção Civil, Ensino, Educação, Ambiente, Saúde, Ordenamento e Ambiente, Saneamento e Qualidade da Água, Cultura, Desporto e Segurança, concluiu dizendo que, mexe com as linhas mestre que “afligem” o Concelho. -----

----- Registou-se a intervenção do sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, dizendo que, depois de ter analisado com atenção todos os elementos que lhe tinham sido fornecidos, é de opinião que o Orçamento é o principal elemento que pode sustentar algum debate nas sessões de câmara, porque é ele que traduz a visão que, se tem para o Município; começou por elogiar o Orçamento pelo princípio assumido de base, “*rigor e contenção orçamental pautado por uma maior aderência ao real*”. Do ponto de vista da critica, o sr. Vereador registou ausência de ambição e questiona as Soluções e a Forma. Antes de ir ao Orçamento propriamente dito e a titulo introdutório, focalizou a questão em duas ideias centrais que, também foram abordadas pelo sr. Presidente na sua intervenção quando disse que, o Orçamento “*mexe com tudo*”, mas na sua opinião não mexe ou não destaca o essencial; do ponto de vista da gestão autárquica existem questões que são



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

acessórias e outras essenciais tendo que, sobressair aquilo que é essencial, em épocas de recursos escassos não se pode dizer que se vai investir em todas as áreas porque não existe capacidade para tal. Assim, existem três áreas que o sr. Vereador considera como uma prioridade para o concelho: Turismo, Desafio da Competitividade e do Conhecimento e por ultimo Qualificação Urbana; disse ser conveniente a indicação de algumas “pistas” sobre o posicionamento do Município face ao próximo Quadro Comunitário de Apoio; disse ainda que as parcerias público-privadas é um ponto que não pode deixar de ser explorado. No que toca ao Orçamento propriamente dito o sr. Vereador começa por estabelecer quatro pontos: No primeiro ponto, começou por questionar como é que, do lado da despesa os custos com o pessoal aumentaram de 15,24% para 22,74%; do lado das receitas, por aquilo que analisou centram-se no Golfe ou em comparticipações financeiras do anterior executivo, deixando de fora no seu ponto de vista três questões importantes: em primeiro lugar, o Pinhal da Gândara que, lhe parece ser estruturante do ponto de vista da receita do Município, para a concretização de alguns projectos. Ainda dentro deste ponto, houve uma questão em que o sr. Vereador teve alguma dificuldade, saber qual o peso do IVA turístico nas Receitas Municipais e qual a estratégia face à possibilidade de Receita Extraordinária; Em segundo lugar, caracteriza o Orçamento por baixas expectativas, pelas três áreas que considerou como prioridade para o Concelho, referidas já anteriormente e que, não estão evidenciadas neste Orçamento; em terceiro lugar, criticou a atitude em transições de executivos, de deixar para trás aquilo que foi começado pelos anteriores e que se encontram em curso, fundamentada com o Parque Desportivo que foi contemplado com 50.000,00€, o Centro Cultural de Mira com 70.000,00€ e “pasmese” a infra-estrutura da Incubadora com 10.000,00€. Disse ainda que, se o Centro Cultural não avançar será uma grande desconsideração na área Cultural; recusando uma requalificação para Portomar, será um erro estratégico grave, nomeadamente se for associada aquela zona uma acessibilidade à praia e à localização futura do Golfe ; e por ultimo, não considerar a AIBAP como estratégico será, recusar o desafio do futuro. Existem ainda projectos “menores”, que o sr. Vereador gostaria que tivessem merecido mais atenção a nível de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Orçamento, nomeadamente o projecto da Lota. Para finalizar e reportando à pagina 8 da Proposta nº 297/2005, quando se fala em “dívidas do executivo anterior” que somadas perfazem 2.241.139,04€, na sua opinião seria mais correcto falar em compromissos financeiros uma vez que, o volume de dívidas estão consideradas no Orçamento pelo lado da receita como Cooperação Técnica e Financeira e Participação em projectos co-financiados que perfazem o total de 1.219.519,00€. Aqui surgiu a duvida por parte do sr. Vereador, em saber a que projectos está associado este valor. Nesta mesma página, quando se fala em “empréstimos a longo prazo” no valor de 4.833.598.09€, diz ter algumas informações contraditórias, pelos dados conseguidos pode verificar que os empréstimos já eram uma herança, não do anterior executivo, mas que já vem de algum tempo atrás, correspondendo a empréstimos de 2001, outros de 2002, outro para expropriações da 1ª fase e outro ainda que, nem sequer está utilizado permanecendo em saldo Orçamental. Em suma, da leitura geral que o sr. Vereador fez ao Orçamento surgiram todas estas questões que gostaria de ver esclarecidas. -----

----- Seguiu-se a intervenção da srª. Vereadora Profª. Lurdes Mesquita que começou por dizer que, em relação ao ponto referido pelo sr. Vereador João Carlos Rua respeitante à gestão da dívida, também se lembra que do empréstimo contraído em 2002, parte dele foi investimento e grande parte da verba que não foi utilizada e foi contabilizada como dívida e, ainda tendo em conta que, as verbas só poderiam ser utilizadas para, os projectos, para o qual foram pedidos, pergunta a srª. Vereadora porquê que a verba não é devolvida ao banco, deixando de ser contabilizada como dívida e nesse caso já seria possível aumentar a Capacidade Financeira da Autarquia, fazendo com que o actual Executivo possa ter mais margem de manobra para o futuro. Disse ainda ser verdade que, quando se inicia um Executivo, este acaba sempre por estar amarrado aos Executivos anteriores, diz ser o que sentiu, quando iniciou funções no seu Executivo. Disse ainda que, gostaria de uma vez por todas, abandonar as questões da dívida e saber exactamente qual é a dívida da autarquia; sem desprimor para os serviços de Contabilidade gostaria também que houvesse uma entidade exterior à Câmara que dissesse quais as dívidas e onde se errou. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Interveio o sr. Vereador Dr. Miguel Grego, dizendo que partilha da mesma ideia que a sr. Vereadora Lurdes Mesquita quando disse que, nunca ouviu falar da parte do sr. Vereador Dr. Miguel Grego em dívida, nem em passado, porque é de opinião que o novo Executivo assim que tome posse, deva assumir o histórico do Executivo anterior. Em relação às entidades externas que possam avaliar os erros que, possam ter sido feitos, confessa que não é a questão da dívida que mais o preocupa, mas sim o “burburinho” que foi criado à volta do assunto, porque diz, havendo dívidas, erros ou não erros tem-se que viver com aquilo que está, é um facto. Contudo, não põe de lado a hipótese de reunir o Executivo e tomar uma decisão sobre o assunto. Relativamente à análise do Orçamento, confessou que ficou “chocado” com as taxas de execução dos Orçamentos dos vários Municípios, por esse motivo, achou por bem tornar mais real o Orçamento que possa ser aprovado pelos órgãos autárquicos, deixando de empolar as receitas para que depois se pensasse que existe lá o “dinheirinho” que foi posto no Orçamento, e depois de obterem uma resposta positiva da contabilidade, mas na realidade diz, *“os euros não aparecem para pagar as dívidas”*, esta foi umas das linhas de força transportada para o Orçamento, correndo o risco de ser pouco ambiciosos, porque ao retirar receitas, também vai ter que ser diminuída a parte da despesa. Foi o primeiro aspecto que considerou ser muito positivo no caminho a uma maior realidade daquilo que se apresenta, não só aos órgãos autárquicos, mas também ao povo. Relativamente à nota que foi dada, do acréscimo da despesa com pessoal, o sr. Vereador não ficou surpreso, pelo contrário, pensava que poderia ser maior, porque existem as Escolas, Auxiliares de Acção Educativa, Professores de Inglês, um conjunto de situações que não haviam, que têm de ser acauteladas; há por exemplo um conjunto de projectos ,sobre os quais muito se fala e que, o sr. Vereador quase se arriscaria a dizer que não existem, mas que, quer fazer com que existam, é o caso da Modernização Administrativa que, para existir, vai ter que haver uma estrutura de pessoas que o façam, num curto espaço de tempo. Esta Modernização, diz ser um compromisso deste Executivo leva-lo por diante e tanto é que, foi colocada uma verba substancial para fazer aprovar o projecto, uma vez que, já tinha sido chumbado na sua vertente financeira



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

e técnica, portanto este Executivo assume e diz sem “pudor” que foi uma boa iniciativa do anterior Executivo e que, se vão empenhar tecnicamente e politicamente para conseguirem aprovar para o concelho, para os municípios e para os funcionários autárquicos terem melhores condições e proporcionarem melhores serviços aos munícipes, também aqui, vão ter que ser empenhados mais meios humanos, isto para além dos projectos associados ao Aveiro Digital que, estão um pouco aquém das expectativas na realização, não só em Mira mas, em todos os projectos e, mais uma vez, por falta de recursos humanos, como é obvio, restando apenas doze meses para os concluir, no final de 2006, se não estiverem concluídos vão haver graves penalizações, por este motivo vai ter que ser feito agora um sacrifício e este sacrifício é também ao nível de pessoal. Depois e não querendo fazer uma análise ao Orçamento, porque como se sabe este é o Orçamento proposto e assumido por este Executivo, disse ir apenas tentar dar a sua perspectiva sobre algumas questões. Na área do Turismo, e no que toca às parcerias publico-privadas, acredita que um turismo com uma estratégia, deve ser dinamizado pelo Município, mas deve e muito bem, ser uma sinergia de forças, não tanto com investimentos mas, com directrizes e orientações do Município; relativamente à ABAP, disse já ter sido discutida na ultima reunião, e é merecedor de um voto de algum regozijo, por terem ficado tão bem representados nos órgãos da AIBAP, despolitizaram este órgão, tornando-o mais técnico possível, que isto não seja um “cavalo de batalha tão político”, mas seja uma obra realizável e que, uma vez mais, independentemente da postura perante a ABAP e a AIBAP, dizerem que o projecto está aí e que estão empenhados, se de facto correrem o risco de terem uma Incubadora pronta a funcionar e sem electricidade, como foi referido anteriormente pelo sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, é porque alguma coisa falhou e, o que falhou foi que, o Município de Mira não cumpriu as suas obrigações, não porque, não queira cumprir mas, porque é difícil, o compromisso assumido com os sócios é um compromisso muito pesado para o concelho a curto prazo, é uma verba muito significativa para um concelho em dificuldades e sabendo que poderá ser uma obra estruturante, não se pode deixar de lado as obras menos estruturantes, ou menos importantes; talvez se possa responder a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tudo isto, com a venda de algum património, e com alguns encaixes financeiros, disse ainda que, neste momento a AIBAP é um projecto assumido pelo Executivo, é um projecto que o Executivo quer levar por diante, mas é um projecto que ainda acarreta algumas dificuldades de gestão, algumas dívidas mas disse tentar por todos os meios salvar a empresa. No tocante ao Saneamento Básico, disse não ter ali dados suficientes, contudo disse que é fácil colocar muitas verbas no Saneamento Básico mas, depois a verba é muito pouco realizável, por este motivo foi tomada a decisão de descer estas verbas, para que se traduzam em números realizáveis, sendo certo também que, se está a fazer uma pressão muito forte, junto de um dos seus parceiros que é a SIMRIA, para que junto do Governo se possam abrir candidaturas em que o Saneamento seja financiado. Em relação a outro conjunto de questões que foram colocadas, nomeadamente a Zona Industrial Pólo II, espera que, a curto prazo, comece a produzir riqueza, porque diz ser possível e ser um projecto de orgulho geral, pela sua localização, pelo facto de estar infra-estruturada, ter empresas lá colocadas e, colocou ainda o desafio de no próximo ano haver riqueza instalada em Mira e não apenas um terreno ao abandono. A questão da Lota, disse ser uma questão de empenho pessoal, o que vão propor, com um grande esforço, junto de entidades, junto do Estado é uma grande pressão para que, este ou outro projecto seja levado por diante para que fique resolvido o problema dos apoios de pesca e do posto de venda de peixe na Praia de Mira. Disse ainda que, para além de ser uma necessidade para ao Turismo é também, uma necessidade para a saúde pública e, para a criação de condições de trabalho àqueles que labutam na faina piscatória. Quanto a outras receitas extraordinárias referidas também pelo sr. Vereador, disse sentir hoje que o território de Mira, é algo mais que um terreno que está para vender, tem outros recursos aos quais estão atentos, infelizmente as datas de candidatura de alguns recursos estão a terminar, mas contudo não querem criar ilusão, nem falsas tentativas de receitas, se não existe nada em concreto, optou-se por não o colocar no Plano e Orçamento. A terminar, disse que, se este Orçamento, com maior ou menor ambição fosse maioritariamente realizado, concretizado, seria de facto uma vitória para o concelho.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguiu-se a intervenção do sr. Presidente da Câmara para comentar algumas questões e para que não haja dúvidas, sobre a sua forma de pensar, de sentir, de estar neste executivo, em sociedade etc., Começou então por dizer que, quando fala em dívidas, é unicamente quando as questões lhe são colocadas como foi o caso na Assembleia Municipal, onde foi altamente questionado e onde fazia parte da ordem de trabalhos a apresentação da situação financeira da autarquia, apesar de ter “fugido” sempre à comparação dos números de 2001 com os de 2005, mas os senhores deputados não lho permitiram. Mas para que fique esclarecida esta situação, a sua vontade não é a de andar sempre a falar no passado, mas sim de clarificar as situações da autarquia relativamente à situação financeira ou outras. Na intervenção da sr^a Vereadora Dr^a. Lurdes Mesquita, quando referiu que houve um empréstimo em 2002 e que grande parte dessa verba não foi utilizada, não é essa a informação que o sr. Presidente diz ter mas sim que, foi quase tudo gasto e ainda que houve uma redução da capacidade de endividamento que passou de 90% em 2001 para -2,42% neste momento, não só por causa do antigo executivo, mas também pelas restrições orçamentais que foram impostas pelo Governo. No que toca à questão da incubadora, disse que gostaria que os senhores Vereadores tivessem estado presentes numa reunião do Concelho de Administração, realizado no dia anterior, a qual o sr. Presidente presidiu, em que o seu discurso foi no mesmo sentido, ou seja, assumindo a gestão da gerência, congratulando a incubadora, mas colocou precisamente as mesmas questões ao Eng^o. Cardial, existe um prédio que vai terminar daqui a uns meses e depois?!, a realidade é que a câmara ainda deve 200.000,00€ que o leva a querer que a câmara ainda não estava preparada para esta situação. Em relação ao turismo, concorda com praticamente tudo o que o sr. Vereador disse, mas na sua opinião antes do Pólo II, existiriam outros compromissos onde investir nomeadamente os Serviços Autárquicos onde existe a questão da Modernização Administrativa, Sistemas de Informação Cadastral aos quais o sr. Vereador Miguel já se referiu, o Projecto AmbiRIA e SecurRIA, aquisições de equipamento informático, aquisição de uma viatura para os serviços, mobiliário, equipamento, reparação do edifício; trabalhos no âmbito da protecção civil, bombeiros,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

funções sociais, nomeadamente o arranjo da Escola Básica Cabeças Verdes, a Escola do 1º Ciclo de Portomar, e obras que já estão terminadas mas ainda existem coisas para pagar; continuando nesta área temos a ampliação e remodelação da Escola do Casal S. Tomé que, não está feita e que a câmara assume claramente, a questão da alimentação escolar; na Saúde existe a Construção Extensão de Saúde do Seixo; na Acção Social, há os apoios a instituições, famílias carenciadas; no ordenamento do território, existe a ponte Vala da Cana que está para pagar, aquisição de terrenos para incubadora de empresas, a execução de passeios em Cavadas que já está concluído, falta apenas pagar; nas funções sociais, ordenamento do território, tem-se por exemplo a requalificação da antiga Praça do Peixe em Portomar que já tem contabilizado alguns compromissos e projectos que possam surgir, etc., o prolongamento da Avenida do Mar na parte sul que seria excelente, uma vez que iria valorizar todo aquele espaço, ligando o ambiente e o turismo; a iluminação pública que segundo as informações da contabilidade é o “gasto do ano”; no saneamento e salubridade que é o caso de embelezamentos e arborizações, algumas anteriores ainda por pagar. -----

----- Deu-se a intervenção da Drª Cristina Morais, apenas para explicar e esclarecer que tudo aquilo que não é pago até ao final do ano, transita e absorve automaticamente parte da dotação do ano seguinte. -----

----- Voltou a ter a palavra o sr. Presidente que, continuou a explicar algumas Opções do Plano, nomeadamente Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, do qual foi tirado algumas ilações, já referidas anteriormente pelo sr. Vereador tais como o facto do Ambiente ter poucas dotações, explicou dizendo que existem projectos e parcerias que estão já estabelecidas com a Florestal, para limpeza das matas e que não estão contempladas no plano uma vez que a comparticipação é feita por eles; Na parte da Cultura, disse existirem algumas situações que ainda estão para analisar e avaliar, como é exemplo o Centro Cultural de Mira, uma vez que não há hipótese de lhe dar seguimento, pelo motivo de não estar financiado e a câmara não ter possibilidades de o fazer, com isto ainda não existe ideias definidas sobre este assunto, não querendo deixar de pensar numa linha seguidora relativamente à construção e necessidade de um Centro



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Cultural; relativamente à piscina, está ainda por pagar, apesar de ter sido financiada em 61,48% pelo FEDER e 12,13% da Administração Central, totalizando 73,61% , foi uma obra cara e juntamente com isto houve situações que não estavam previstas, tais como trabalhos extras e revisões de preços; na rubrica Beneficiação do Pavilhão Gimnodesportivo são compromissos assumidos ainda do hóquei em patins, o Projecto do Campo de Tiro é justificado porque a variante atravessa o Campo de Tiro sendo necessário avançar para outro; nos Transportes e Comunicações, falta pagar e concluir a estrada da Barra, sinalização em diversos lugares do Concelho para a segurança do cidadão; nos Mercados e Feiras, há a Requalificação do Largo da Feira de Portomar que tem que ser corrigido e acabado, Infra-estruturas de Apoio à Pesca Costeira que ainda não está aprovado, mas existem sinais positivos no sentido de avançar com este projecto; Operações de Dividas Autárquica que são os compromissos assumidos etc.----

----- A Dr^a. Cristina Morais usou novamente a palavra, para dizer que o aumento que se verificou nos custos com o pessoal, cerca de 3%, é caracterizado pelo aumento verificado das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações. Em anos anteriores a Câmara apenas pagava 10% de contribuição e neste Orçamento passou a pagar 13%. Relativamente à cooperação técnica e financeira e na participação comunitária dos projectos co-financiados em 1.429.242€ e 2.164.085€, lembra que foram apenas valores orçados, os valores que estão para 2006, são também orçados: projectos que já foram participados e que ainda não entrou a totalidade da participação, e em relação aos co-financiados há uma parte de anos anteriores e outra parte que é a previsão de receita que a Câmara espera vir a arrecadar com projectos e apoios de fundos comunitários. Esclarece ainda que, quando se fala em dívida estão a referir-se apenas aquilo que é facturado, porque se pode ter um compromisso num determinado montante e parte desse contrato poderá ser dívida, ou seja só é dívida efectiva a parte do contrato que já tem uma factura o resto não é considerado ainda dívida.-----

----- Seguiu-se, novamente, a intervenção do sr. Vereador Dr. João Carlos Rua que disse que se um documento da contabilidade ou que acompanha um Orçamento refere dívida do Executivo anterior, corrigindo que a dívida não deve ser do Executivo mas



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

sim, da Câmara Municipal, e depois pelo lado da receita, não é referido que são do executivo anterior, parece-lhe haver um desequilíbrio de linguagem, estando o lado da dívida acentuada sem estar a acentuar o lado da receita, parecendo-lhe um pouco contraditório, já que tem que haver rigor; questiona ainda sobre o peso do IVA Turístico no Concelho, porque em outros Municípios onde trabalha, em anos de dificuldades Orçamentais são avaliadas todas as possibilidades de receita, as actividades classificadas como turísticas geram IVA, os municípios se estiverem integrados numa região de turismo recebem 50% do IVA cobrado, que em Municípios onde haja actividade turística pode ser verbas substanciais, esta é a forma de financiamento das regiões de turismo, assim o Município de Mira está a contribuir com o peso do seu IVA Turístico para Região de Turismo do Centro, para fazer promoção Turística, se o Município não fizer parte de uma Região de Turismo, o dinheiro não vai entrar na Região de Turismo, mas entram 37,5% directamente no Município e este pode geri-lo como entender, por isso se o peso do IVA Turístico no Município for importante, pensa que é importante ter em conta estas possibilidades e com isto põe a questão se valerá a pena estar na Região Turismo do Centro, ou antes, sair e ter a possibilidade de usufruir das verbas numa outra perspectiva, gostaria de saber se as questões foram ou não equacionadas, uma vez que se está em crise orçamental. Relativamente a outros pontos que também tinha colocado, diz que gostaria de esclarecer o porquê de os colocar. Assim começou por dizer que em ano de dificuldades orçamentais e financeiras, deve-se olhar para todos os lados das possíveis receitas, quando fala em receitas extraordinárias como o pinhal da Gândara ou eventualmente o Golfe, só entende estas receitas para associá-las a projectos que são estruturantes, que para o sr. Vereador estruturante, num caso é o saneamento básico, no caso de Portomar era o que estava projectado para o pinhal da Gândara, continua a defender que este projecto é auto sustentável e auto suficiente, pode ser todo concretizado sobrando ainda dinheiro, não se pode esquecer que aquela zona fica ligada por uma via que liga campo de Golfe, que liga Poço da Cruz, que na sua opinião vai ter que ser repensado de uma forma totalmente diferente e que está muito próximo da Praia de Mira; a questão da AIBAP parece-lhe essencial, é



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

um projecto complicado reconhecendo-lhe as dificuldades do ponto de vista financeiro e do ponto de vista estratégico mas, pode ser um projecto de futuro. Mas o problema é também não existir representantes na ABAP, porque o poder de decisão está lá, ainda a este nível disse existir no concelho um conjunto de pessoas que acha importante serem ouvidas, nomeadamente o Engº. Sousa Pinto e o Engº. Campante; na questão do Turismo, para além do Parque Municipal, existe o caso de Portomar para o qual é de opinião que existem ideias que mesmo não existindo dinheiro, podem ser pensadas, diz ainda que o ano de 2006, sendo um ano de pouco dinheiro, tem que ser um ano de estudos e de pensar como se vão enquadrar no próximo quadro comunitário de apoios, basta consultar o www.qca.pt; a ideia do “*Piter das Gândaras*”, não deve ser colocada de lado, Mira, Vagos, Cantanhede, municípios com costa, com áreas importantes a nível turístico, devem ser pensados em termos supra municipais, porque a questão dos Municípios não é só verbas Municipais, podem também incentivar algum tipo de investidores a ter uma participação mais activa e até enquadrar os seus projectos futuros, na sua opinião são estas as ideias que vale a pena lutar; a questão da zona industrial Pólo II e Polo I, são essenciais, mas como zonas estratégicas não devia ir para lá qualquer empresa, não deveriam ser as empresas a procurar a Câmara, mas o contrário, a Câmara é que deveria procurar as empresas, e mais uma vez diz que existem muitas empresas que é possível captar para lá, no domínio das Universidades estão a ser criadas muitas empresas na área da tecnologia, mas para trazê-las seria necessário haver espaços livres ,de reserva; na questão do Centro Cultural, tanto quanto sabe, estava candidatado a um projecto, por isso quando isto acontece, na sua opinião é necessário fazer alguma pressão no sentido de obter verbas que os financiem; o mesmo se passa com o Eco-Museu, enquanto projecto isolado não tem grande importância mas se tiver uma estrutura pensada, é um excelente programa para se enquadrar no próximo quadro comunitário de apoio, quanto mais cedo houver o projecto , melhor posicionado fica, para quando abrir as candidaturas, é este o trabalho que pensa que tem que ser feito em 2006; relativamente à dívida e à capacidade de endividamento, diz ter um documento da DAF que lhe diz que, o empréstimo contratado em 2002 é no valor de 4.489.200€,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

destinado a investimento, só creditados em conta 997€ e apenas foram gastos 194.777€, o resto permanece em saldo destinado a expropriações. Conclui dizendo que com estas informações contraditórias fica confundido.-----

----- Sr. Vereador Dr. Miguel Grego interveio mais uma vez, para responder e esclarecer as questões colocadas pelo sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, que começou por abordar o último assunto do Sr. Vereador, quando se referiu à informação que tinha da DAF, dizendo que irão ser dados alguns esclarecimentos sobre o assunto, mas não quer crer, pela confiança plena que tem nos serviços contabilísticos que, se fosse possível, estariam a ter qualquer tipo de prejuízo mantendo empréstimos que não são para efectivar ou para creditar; depois, quanto aos projectos e investimentos supra municipais, diz que o Município de Mira assumiu uma posição, que foi optar por uma grande Área Metropolitana e que neste momento existe um dilema no supra municipal que é o estar na Grande Área Metropolitana de Coimbra, e estar inseridos na AMRIA, esta por sua vez não sabe o que fazer, porque a GAMA subsiste à custa da AMRIA, esta por sua vez é o motor da GAMA, nós não pertencemos à Gama e portanto somos “um espinho encravado”; por outro lado, quando falou nos três municípios, que na sua opinião têm muito a ganhar em comum, Vagos, Cantanhede e Mira, houve uma associação que, a determinada altura, achou-se não estar a surtir efeitos, optou-se por extinguir, mas eventualmente poder-se-ia ter optado por dar uma reorganização da associação de Municípios; o caso da ABAP, diz voltar a explicar que mostra o seu desagrado pelo facto de não terem sido convidados, e ao estar presente na ultima assembleia geral da AIBAP, uma vez mais constatou que existem alguns procedimentos que não são muito familiares e que lhe parecem pouco claros, a divisão entre a ABAP e a AIBAP, a incubadora tem sem dúvida mais valias, tem vantagens, mas para quem tiver um parque tecnológico que é o caso da ABAP, afirma ver muitas potencialidades e vantagens que não serão conseguidas a curto prazo; para terminar não quis deixar de referir o Parque Desportivo, não só pela ligação que tem ao desporto, mas também pela localização que é proposta, diz claramente que não concorda com a localização porque iria certamente ser um exemplo de insucesso, porque as pessoas não se iriam deslocar



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

até lá, ou melhor até o fariam mas num curto espaço de tempo, tem a desvantagem de estar também longe das escolas etc., por exemplo, se existisse o curso de desporto, a piscina seria sem dúvida mais aproveitada e seriam pagas as horas de utilização pelas turmas de desporto, termina dizendo que é sem duvida a favor do Parque Desportivo, mas não será uma prioridade neste momento.-----

----- A Sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes interveio, pela ultima vez para perguntar se o projecto do futuro edificio da Câmara estava afecto à verba-----

----- Mais uma vez deu-se a intervenção da Dr. Cristina Morais, que passou a explicar a dúvida da sr^a Vereadora, dizendo que relativamente ao empréstimo para investimento, efectivamente é o que está no documento ou seja, entraram 997.600 € e foi gasto apenas 194.777 €, e o restante permanece em saldo, para a variante da 1^a fase e para as expropriações da variante 2^a fase, que são os 597.600 €, que não estão ainda contemplados neste orçamento, porque se trata de um saldo consignado, pode transitar e só poderá ser incorporado no novo Orçamento, através de uma revisão, o fim para o qual o empréstimo foi contraído e esta finalidade, estava adstrita à variante 2^a Fase, esse fim e essa verba ainda poderá ser utilizada nessa finalidade, o montante em dívida é somente o creditado em conta que foi 997,600 euros, é com o montante do empréstimo contraído em 2001, com o empréstimo para saneamento e com o valor de 997.600 € que está esgotada a capacidade de endividamento.-----

----- Interveio o Sr. Presidente, pela última vez, para dizer que encara o que foi dito na reunião como reflexão, sobre o debate que se pode fazer e sobre o desenvolvimento do Concelho. De seguida, submeteu o assunto a votação, tendo-se registado 4 votos a favor, do Sr. Presidente e dos senhores Vereadores Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr^a. Sandra Margarida Santos Pereira e Dr. Luís Miguel dos Santos Grego e 2 abstenções, dos Vereadores Prof^a Maria de Lurdes Mesquita e Dr. Luís Rocha. -----

-----**Declaração de voto:**-----

----- A Finalizar usou da palavra o sr. Vereador Dr. João Carlos Rua, que começou por justificar a abstenção no voto, dizendo que apesar de reconhecer a liderança e democraticidade das decisões, não concordava com tudo o que é exposto no Orçamento,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

diz continuar a ser um Orçamento de “vistas curtas” e de “baixas expectativas”, no entanto não deixou de elogiar o tipo de rigor e de contenção Orçamental, mas reafirma, que não deixa de registar ausência de ambição, diz ainda que todo o seu posicionamento durante a discussão sustenta a sua votação.-----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 16:15 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respectiva acta, nos termos e para os efeitos do disposto no nº. 4 do artº. 92º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

---- E, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, _____ na qualidade de secretária, redigi. -----

(*Presidente da Câmara:* João Maria Ribeiro Reigota, *Dr.*)

(*Secretária:* Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)